

LIMITES E POSSIBILIDADES DO COOPERATIVISMO PARA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS¹

Enio Waldir Da Silva², Marcelo Denardi³, Marcos Vinicius Berno⁴.

¹ Projeto de Extensão Tecnológica realizado no Programa de Mestrado em Direito da Unijui

² Prof. Dr. Sociologia. Coordenador do projeto apoiado pelo CNPQ Edital 89-2013. Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí. Este projeto é desenvolvido na Itecsol-Unijui 2014-2015, dentro das ações de cidadania do Programa de Mestrado em DIREITOS HUMANOS.

³ Bolsista do CNPQ - Desenvolve atividade no projeto Economia Solidária e Cooperativismo na Região de Ijuí, apoiado pelo CNPQ - Edital 89-2013. Coordenado por Prof. Enio Waldir da Silva

⁴ Agrônomo e Bolsista do CNPQ do Projeto Economia Solidária e Cooperativismo na região de Ijuí - Apoiado pelo Edital 89/2013. Coord. pelo Prof. Enio Waldir da Silva

INTRODUÇÃO

O clima democrático que vivemos no Brasil permite que se abra muitas esperas públicas de expressão de opiniões e vontades. Este texto é fruto das atividades de extensão que realizamos junto aos trabalhadores de reciclagem de Ijuí. Apresenta as dimensões complexas para a constituição de cooperativas populares para estes trabalhadores, os obstáculos, desafios e potenciais existentes na cultura prática deste segmento social. Nos fundamentamos na compreensão teórica das ciências sociais críticas que entende que é tempo de agregar esforços das lutas emancipatórias das comunidades em vulnerabilidade social ou de comunidades populares que buscam, coletivamente, trabalho digno, renda digna e vida digna sustentável. A experiência com trabalho coletivo já é evidente nestes grupos. O que se quer agora é evoluir para um novo cooperativismo alternativo que consolide novas racionalidades, novas culturas e novas vivências democráticas emancipatórias. Debates com os poderes públicos locais, com os catadores e com apoiadores que atuam na economia solidária. Desta metodologia tiramos conclusões que são relatadas aqui, pois são discutidas constantemente na Itecsol – Unijui, lugar onde se realizam ações visando consolidar a economia solidária na região.

Metodologia: usamos o método de Pesquisa Ação-Participante. A dimensão de Pesquisa Participante, pretende desenvolver ação de pesquisa a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

Resultados e discussões

Atuamos para contribuir na ampliação das culturas e conhecimentos sobre cooperativismo popular e os princípios da Economia Solidária (ES), do associativismo, da tecnologia social, dos direitos humanos e da educação popular. Esta base teórica é fundamental para apoiadores dos atores do cooperativismo popular, pois suas ações não podem se tornar mais um obstáculo aos potenciais que possuem para se organizar, trabalhar e viver coletivamente. Agora é preciso dar sentido à sociedade

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

democrática que coloca a questão de sua transformação, sem, necessariamente, tomar o poder, uma vez que se trata de diluir este empoderamento entre cidadãos atores e agências, ou seja, tornar o poder compartilhado. Além do cumprimento de normas e leis inclusivas, mostra-se as visualizações de vivências livres e responsáveis que um processo cooperativado requer. As mentes precisam estar ativas e motivadas a participar coletivamente das decisões sobre os interesses comuns, participar da implantação do que foi decidido e participar da avaliação de resultados que possam ser replicados na coletividade.

Cooperativas populares são as melhores alternativas que se apresentam para os trabalhadores que atuam na coleta e reciclagem de matérias que precisam garantir renda mais constante, respeito e trabalho digno e reconhecido. Algumas iniciativas para criar uma cooperativa são feitas, mas quase sempre esbarram na falta de apoio mais direto e significativo dos poderes públicos, nas legislações e na falta de culturas de cooperação dos atores.

Não se trata de burocratização de procedimentos, mas de propiciar condições para melhor desenvolver as atividades e gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária, onde a educação popular dá a palavra aos participantes para gerar a responsabilidade da escuta, como um convite à motivação racional para entendimentos das proposições coletivas. Se a cooperativa deve nascer seus criadores são os trabalhadores da reciclagem, mas estes demandam parcerias e políticas públicas. Portanto, não é um projeto simples, somente dos catadores, pois responde aos interesses das coletividades desafiadas a respeitar o meio ambiente, a natureza, a cuidar de seus resíduos, a manter a cidade limpa, a reciclar e a respeitar as atividades que completam e complementam o emprego meramente empresarial. O cooperativismo e a Economia Solidária respondem às necessidades do conteúdo da sociedade democrática: trabalho e renda para todos.

Por isso a democracia é aqui entendida como começo, meio e fim dos processos associativos e cooperativos. Inicia-se do planejamento participativo, desde os momentos de diagnóstico, passando pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação, sempre construindo a cultura do diálogo, da conquista coletiva de autonomia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa.

Cooperativismo popular. A Cooperação é entendida, então, como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva como empresas autogestionárias ou recuperadas e assumida por trabalhadores; associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos como de mulheres, jovens etc.; clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Para compreender o cooperativismo em sua versão popular, e a implementação deste na atualidade, é importante considerar as formas de atuação cooperativista. A prática cooperativa, em geral, e a popular por excelência, impõe ações que se orientam por princípios que podem ser identificados nas dimensões política, econômica e administrativa.

Segundo farta doutrina, existem, pelo menos, três grandes correntes de compreensão do cooperativismo em geral: 1ª) a primeira corrente afirma que ele é um movimento que representa um

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

fim em si mesmo, identificando-se como uma espécie de terceira via para o problema econômico; 2ª) para uma segunda corrente ele é um instrumento que reforça os princípios liberais e atenua as cíclicas crises do modelo concorrencial; e, 3ª) uma terceira corrente afirma ser o cooperativismo um instrumento de contraposição à ordem liberal e serve como ferramenta alternativa para mitigar, combater e superar os efeitos negativos derivados do modelo de produção capitalista.

É nesta terceira vertente que o cooperativismo popular encontra abrigo na promoção e na articulação de meios, formas e técnicas para vencer a pobreza e a exclusão social. É um tipo de cooperativismo que se aproxima e se articula com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania.

Quando se fala em cooperativa vem a mente das pessoas o modelo existente de grandes empreendimentos criados a partir da década de 1950 e que não diferem das empresas capitalistas. Isto leva a uma desconfiança quando entra na discussão a constituição de cooperativas como forma de organização de pessoas ou entidades na busca de um novo modo de organização com princípios solidários. Podemos observar que pequenas cooperativas e associações, formadas como pequenas empresas tornam-se exemplos de companheirismo e ajuda mútua entre os participantes e no meio que vivem. As organizações cooperativas passam a significar importantes espaços de educação, de aprendizagem e de construção do poder, condições necessárias para o enfrentamento das condições adversas. O poder será construído quando os trabalhadores tiverem conquistado a inteligência coletiva e quando o conhecimento socializado é retrabalhado pelo coletivo (ANTEAG, 2000).

Para Frantz (1986) o sucesso da gestão democrática e autogestão depende das pessoas, de sua capacitação para a organização sob seu comando e controle, sendo que esta capacitação deve ser constante, pois trata-se de um processo pedagógico que não pode ficar a mercê do espontaneísmo ou afloração natural do conhecimento. Uma cooperativa não difere de uma empresa juridicamente, pois deve trabalhar alinhada para alcançar seus fins, também não deve ser confundida com qualquer associação filantrópica, caritativa ou beneficente.

As normas que regem a criação e funcionamento das cooperativas são amparadas pela Lei federal n. 5.764/1971 (Brasil, 1971), sendo que não há diferenças entre cooperativas com diferentes finalidades, colocando organizações distintas sobre uma mesma legislação. A Lei nº 12.690/2012 (Brasil, 2012) foi criada para disciplinar a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, buscando a superação dos desafios impostos pela forma única de compreender os valores históricos do cooperativismo. As cooperativas de trabalho podem ser de dois tipos:

Na Lei 12.690/2012 foi também instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social das Cooperativas de Trabalho. O PRONACOOOP tem como finalidade apoiar: I-a produção de diagnóstico e plano de desenvolvimento institucional para as Cooperativas de Trabalho de participantes; II-a realização de acompanhamento técnico visando o fortalecimento financeiro da gestão, de organização do processo produtivo ou de trabalho, bem como a classificação dos recursos humanos; III- a viabilização das linhas de crédito; IV-Acesso a mercados e a comercialização da produção; V-O fortalecimento institucional a cooperação cooperativista e a constituição de cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas; VI-outras ações que venham a ser definidas por seu

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

Comitê Gestor no cumprimento da finalidade estabelecida no caput deste artigo. Em relação à organização dos recicladores de materiais, foi aprovado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, através da Lei 12.305/2010 (Brasil, 2009), que trata do destino dos resíduos sólidos, sendo que entre os principais pontos, a responsabilidade compartilhada, com a participação de todos os setores da sociedade envolvidos com a cadeia dos reciclados e o incentivo à criação de cooperativas de catadores, como forma de uma ação sócio ambiental. Para operacionalizar o PNRS é estratégica a participação dos catadores e suas cooperativas. A Lei 12.305/2010 regulamentada pelo Decreto Federal 7.404/2010, reafirma o papel das cooperativas de reciclagem na implantação do PNRS. Na Lei Federal 12.305/2010 esta prevista a participação dos catadores nos Planos Municipais de Resíduos Sólidos: Artigo 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: (...) XI – programas e ações para participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formados por pessoas físicas, se houver;

Os Catadores de Ijuí e a Cooperativa Popular. A cooperação é uma alternativa também para setores da sociedade considerados excluídos. A cadeia produtiva da reciclagem de materiais possuem muita experiências que mostram que a cooperação é uma alternativa para que seus atores tenham uma vida digna. Apesar da função ecológica que desempenham com a reutilização de materiais reciclados pelas indústrias, e de resíduos urbanos reciclados, evitando maiores danos ao meio ambiente, esta função desempenhada pelos trabalhadores não é valorizada pelo poder público e pela sociedade. Na questão social, são indivíduos que tiram seu sustento de um sistema de consumo do qual são, eles próprios excluídos.

O papel desempenhado pelos recicladores de resíduos é reconhecidamente importante nesta cadeia, pois seu trabalho agrega aos resíduos descartados valores econômicos, sociais e ambientais. Contudo, dentre os atores envolvidos nesta cadeia, são os que se encontram em situação mais fragilizada, enfrentando inúmeras dificuldades para continuar exercendo suas funções de maneira digna e sustentável. Na ponta desta cadeia os catadores, marcados pela exploração do trabalho precário, isolados e inferiorizados frente aos atravessadores. Esta situação mantém os catadores vulneráveis, dependentes dos compradores, vulneráveis socialmente e ainda pouco organizados.

A formação de associações de recicladores de materiais, que recebem o material em espaços próprios para seleção, diminuiu os catadores individuais nas ruas, foi um passo para organização de coletivos, com a perspectiva de articulações em rede como forma de fortalecer as organizações melhorando as condições de vida dos trabalhadores.

Neste contexto a região Noroeste do Rio Grande do Sul está inserida nesta realidade. Tendo a agricultura como carro chefe da economia, houve um inchamento das periferias das cidades a partir da década de 1970. A chamada modernização da agricultura fez com que o trabalho assalariado e de meeiros fossem substituído pelas máquinas. Sem uma experiência em outra atividade que não fosse a agricultura, tiveram a oportunidade de trabalho em empresas, em áreas que não exigiam experiências. Mas com as crises na economia, estiagens, queda dos preços dos produtos agrícolas além do avanço tecnológico, levou grande número de trabalhadores ao desemprego. Muitos encontraram na coleta de materiais recicláveis uma alternativa de renda, inicialmente com metais, vidro e osso e posteriormente de outros materiais com latinhas de alumínio e garrafas pet.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

Com a implantação da coleta seletiva, foram criadas em diferentes locais associações que começaram a receber o material em espaços onde ocorre a separação e a comercialização, sendo que um grande número de famílias tem no material reciclado sua principal fonte de renda. As diversas formas com que se estruturam esses processos associativos, os sujeitos sociais envolvidos, os impactos produtivos e gerenciais, os mecanismos de articulação, as novas formas de geração e expansão da tecnologia, as formas de publicidade e comercialização dos produtos, entre outros aspectos, constituem elementos que levam os atores envolvidos a compreenderem que somente de forma coletiva podem assegurar qualidade de vida mais duradoura.

A questão dos resíduos é indissociável das atividades desenvolvidas pelo homem no seu processo de transformação da natureza em produtos para satisfazer suas necessidades. Essa questão perpassa a história da civilização e hoje é agente de primeira linha na territorialidade urbana onde figuram obras de Engenharia, aterros sanitários esculturas de incineração, depósitos de sucata, lixões e áreas de descartes indiscriminados de resíduos. Estas imagens adjetivam visões negativas sobre os resíduos.

O Movimento Nacional dos Catadores organiza a feira de tecnologia social Reviravolta Expocatadores, evento voltado para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis da América Latina e Caribe e demais atores com interesse no tema. O evento reúne mais de 2.500 catadores como um encontro internacional de troca de experiência e debate de políticas e ações voltadas à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis (www.expocatadores.com.br). Várias conquistas esta mobilização vem conseguindo, como o reconhecimento da profissão, direitos sociais e canalização de políticas públicas. A condição de catador está muito associada, no imaginário popular, à condição da pobreza, que, por sua vez, para muita gente ainda é sinônimo de marginalidade, indolência, malandragem, etc. Esses estigmas marcam profundamente a vida de uma pessoa, tornando-a desacreditada, principalmente, perante a sociedade.

O trabalho é sinônimo de dignidade, um meio de ganhar a vida com honestidade, e é em nome da honestidade que, além da necessidade, eles aceitam de forma mais indiferente este tipo de trabalho. Num mundo que atribui rótulos à população carente, o catador auto-identifica-se. As atividades de catar lixo servem apenas para atender às suas necessidades mais urgentes. Voltam a trabalhar na cata de papel apenas quando não encontram outro tipo de trabalho. Por diversas vezes trabalham com outro tipo de serviços, na época de safras: colheita da maçã, da soja ou do milho. Após estes curtos períodos, voltam a trabalhar nas ruas, como catador de lixo. O preconceito e a discriminação enfrentada por trabalhar como catador de lixo é uma marca empobrecedora desta classe e que não têm muita esperança de solução em curto prazo.

A renda mensal de um catador, quando não organizado, oscila muito e fica difícil fazer uma média. Em casos já constatados de formação de cooperativas e/ou associações aumentam significativamente a renda. Os lixões são lugares destinados a todo e qualquer tipo de lixo gerado na cidade, onde coletam produtos que não se destinam apenas à venda, aproveitam comida, levam para casa, também, cadeiras, roupas, calçados, enfim, tudo o que pode ser usado em benefício próprio. Outros enfrentam as duras penas do trabalho de empurrar e levar o carrinho carregado, para casa, pois este chega a pesar até 200 quilos.. A família do catador geralmente não possui outro tipo de

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

renda ou benefício além da conseguida com a coleta do lixo. Quando precisam de assistência, principalmente a médica recorre ao Posto de Saúde do seu bairro e à Secretaria de Assistência Social do município. O círculo familiar se atém mais à família em si e têm consciência de sua condição de excluído.

Conclusão

A cultura de cooperação exige posturas democráticas, disposição para o diálogo, visão de poderes compartilhados, relações sociais solidárias, reconhecimento das igualdades e das diferenças, responsabilidade de participar como dever e direito de auferir resultado da participação, ética com a natureza, respeito às ordenações criadas pelos próprios sujeitos da cooperação e às leis do Estado de Direito. Por isso que para se chegar a uma cooperativa real e efetiva é preciso um longo processo de educativo que está para além dos sistemas escolares que atualmente possuímos, e além das aprendizagens atuais adquiridas na ordem social, nas mídias, na religião, no Estado, na economia, na cultura e, principalmente, nos cotidianos das vivências individuais, familiares e grupais.

Eis o grande obstáculo para se criar cooperativas sociais populares: vencer as dimensões societárias opressoras que estão em nosso entorno e em nossas consciências. Falta-nos imaginar, querer e lutar pelo novo. Temos dificuldades para construir esta capacitação, que deve ser constante, pois trata-se de um processo pedagógico que não pode ficar a mercê do espontaneísmo ou afloração natural do conhecimento. Se não é espontâneo e encontramos propostas claras para qualificar é o cooperativismo que condensa experiências que podem traduzir-se conhecimentos construídos que dá uma direção passível de ser assumida após entendimentos coletivos dialogados. Não serão os obstáculos jurídicos, filantrópicos, caritativos, beneficentes das atuais experiências cooperativas que irão impedir a emergência de um projeto de cooperativa bem construída, não por um grupo isolado dos atores que precisam da cooperativa, mas pelos atores – trabalhadores da reciclagem - em parcerias dialógicas com apoiadores (ITCPS, ONGS, etc) e com o poder público democrático.

O cerne do desafio visto por estes que entendem a necessidade da cooperativa é vencer a fragilidade da cultura autogestionária, associativa e cooperativa que marcam as atividades fragmentadas dos trabalhadores da reciclagem, fruto do mundo das necessidades materiais, sociais e afetivas que lhes atingem. Precisam, portanto, de liberdade substantiva para imaginar, querer e lutar por uma vida cooperada. A cooperativa exigirá novas posturas frente ao trabalho e a participação nas decisões, na implementação destas e na inovação que surgirá após a avaliação do resultado.

Palavras-chave. Extensão Universitária. Economia Solidária. Cooperativismo. Complexidade

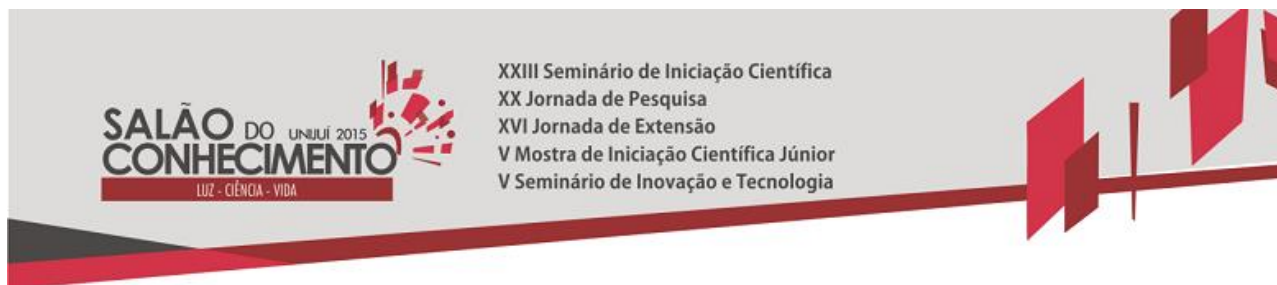
Referências

MARQUES, Mario Osório.(org.) Contexto e educação práticas Sociais Transformadoras . Ijuí: Ed. Unijui , nº 5, 1987..

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Enio Waldir. Projeto de Extensão tecnológica – Economia Solidária e cooperativismo na região de Ijuí. Unijuí. Acesso www.unijui.edu.br

SINGER, Paul. Introdução à Economia solidária. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVI Jornada de Extensão

DELGADO, Nelson Giordano. Extensão e desenvolvimento local em busca da construção de um diálogo. In: Desenvolvimento em questão revista de pós-graduação em desenvolvimento, gestão e cidadania. Ijuí: nº 1, Ed. Unijui, 2011.

FRANTZ, Walter. Organização e poder em cooperativas. In: MARQUES, Mario Osório. (org.) Contexto e educação praticas sociais transformadoras . Ijuí: Ed. Unijui, nº 3, 1986.

FRANTZ, Walter. Empreendimentos solidários como espaço de educação. In: Série Economia Solidária 03. Ijuí: Unijui, 2006.